



idp

Brasília/DF
Outubro/2022

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 6º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES
DO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471c Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP (6 : 2022 : Brasília, DF).

Caderno de resumos : Anais [recurso eletrônico] / 6º Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP; organizador por Caio Cordeiro de Resende... [et al]. — Brasília-DF: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa-IDP, 2022.

33 p.

Disponível em:

<https://portalgt.idp.edu.br/seminariosadministracaopublica/issue/archive>

1. Administração Pública — seminário. 2. Administração Pública — pesquisa. I. Título. II. Resende, Caio Cordeiro (org.)

CDD 350

Elaborada por Natália Bianca Mascarenhas Puricelli – CRB 1/3439

Anais do 6º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
14 e 15 de outubro de 2022

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 6º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Brasília/DF

Outubro/2022



CADERNO DE RESUMOS

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Escola de Gestão, Economia e Negócios do IDP – EGEN

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende



COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Gabriela Gadeia Brito Jardim

COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Júnior

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti

ELABORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Editoração:

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Revisão:

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Marketing:

Antonio Zaninetti

Design e Diagramação:

Norberto Junior

Realização e Publicação:

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP implementou o “Seminário de Pesquisas Discentes” com objetivo de criar um espaço especificamente voltado para a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do PPG. O evento ocorre semestralmente e reúne os discentes que se encontram em etapa de construção do projeto de pesquisa, em geral ainda cursando a disciplina “Metodologias de Pesquisa Científica”.

Essencialmente, o evento oportuniza aos discentes a possibilidade de aprimorar seus projetos por meio de feedbacks que recebem tanto dos professores quanto de outros colegas. O foco maior é dado aos aspectos metodológicos das pesquisas, mas retornos sobre problema e problematização das temáticas de pesquisa, assim como sugestões, críticas e ajustes no referencial teórico também são possíveis de se obter.

O evento vem se consolidando como um importante fórum de discussão de pesquisas discentes e tem sido fundamental para os passos seguintes que os(as) alunos(as) têm na jornada do mestrado, que é o exame de qualificação.

O evento estrutura-se em torno de um único Grupo de Trabalho, o “GT – Métodos e Técnicas para Pesquisas em Administração Pública”, que recebe os trabalhos dos discentes. Após cada edição do Seminário de Pesquisas Discentes, o Mestrado em Administração Pública do IDP publica os anais da respectiva edição do evento, no formato de um Caderno de Resumos.

O evento é aberto à comunidade acadêmica e busca reforçar o importante elo entre ensino e pesquisa, tão relevante para o processo de produção, acumulação e publicização do conhecimento acadêmico-científico.

A seguir apresentam-se os resumos dos trabalhos da sexta edição do Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP, realizada em outubro de 2022.

Boa leitura!

SUMÁRIO

MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL - CRG-MM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DO CRG-MM NA CORREGEDORIA DA CODEVASF <i>Adalberto Marques Arêdes Teixeira Almeida</i>	9
ANÁLISE CRÍTICA DA PEC 110 DE 2015 SOB A ÓTICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE E SUA DISSOCIAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA <i>Adjunior Aparecido da Silva Filho</i>	10
CLÁUSULA DE BARREIRA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS <i>Adriano de Aquino</i>	11
A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E APOIO NO DESEMPENHO DO ORDENADOR DE DESPESAS: UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA <i>Antônio Edson da Silva Junior</i>	12
UM MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA ALÉM DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016: ESTUDO DE CASO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ABASTECIMENTO – CONAB <i>Átila Feitosa Castelo Branco Dantas</i>	13
A CAPACIDADE INSTITUCIONAL E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANOS NO DISTRITO FEDERAL <i>Cristina Barros Freyer</i>	14
DISFUNCIONALIDADE DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NO ESTADO DE RONDÔNIA <i>Fernandes Fagundes de Sousa</i>	15
A EFICÁCIA DOS INDICADORES UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO - TCE-MT, NA FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA ÁREA DA SAÚDE <i>Guilherme Antônio Maluf</i>	16
A IMPORTÂNCIA DA AVIAÇÃO DENTRO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS <i>Heliton de Sousa Silva</i>	17
GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E OS RESULTADOS ALMEJADOS COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MODELO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N.º 347 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Isabella de Sousa Brito</i>	18

DESDOBRAMENTOS DA SUBSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE FINALÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO <i>Izabella Mattar Moraes</i>	19
A EFETIVIDADE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS REALIZADAS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO AOS IFES <i>José Eduardo Meira Lima</i>	20
O PAPEL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL <i>Karoline Guimarães Castro Machado</i>	21
A IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DOS DITAMES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ESPECIALMENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO <i>Leonardo Sotire Epaminondas</i>	22
O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO (SAG) NA OTIMIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO EXÉRCITO BRASILEIRO <i>Manfrini de Assis</i>	23
GESTÃO DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS <i>Márcio Rocha Cruz</i>	24
DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS ARQUIVÍSTICOS NO INSTAGRAM PARA PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS <i>Mariana Resende</i>	25
POLÍTICA DE INTEGRIDADE - UMA VISÃO DE RISCO E GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DF NO PERÍODO DE 2019 A OUTUBRO DE 2022 <i>Mauricio Gomes Neto</i>	26
CONSEQUÊNCIAS DA CENTRALIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES PERTENCENTES À GUARNIÇÃO DE AERONÁUTICA DO LAGO SUL <i>Peniel Borges Tomé</i>	27
FUSÃO DO BANCO DO BRASIL S/A COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA <i>Robson Furtado</i>	28
DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE: SUBSÍDIOS PARA ESCOLHA DE MODELO DE GOVERNANÇA DO CONFEA <i>Rosangela Simonetti</i>	29

POR QUE UM DEPUTADO É INDISCIPLINADO? UMA ANÁLISE DAS VOTAÇÕES NOMINAIS DE DEPUTADOS
FEDERAIS QUE NÃO SEGUEM A ORIENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Thamara Dutra Ribeiro

30

COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA O LICENCIAMENTO DE ATERROS

Valter Bruno de Oliveira Gonzaga

31

O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO NA EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
PARA RESULTADOS POR MEIO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DOS MUNICÍPIOS (GPE)

Vitor Turri Romano

32

MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL - CRG-MM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DO CRG-MM NA CORREGEDORIA DA CODEVASF

Adalberto Marques Arêdes Teixeira Almeida¹

Resumo: O presente trabalho se apresenta como um estudo de caso sobre a reestruturação da Corregedoria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, por meio do Modelo de Maturidade Correcional - CRG-MM, ferramenta implementada pela Controladoria Geral da União - CGU, nas unidades setoriais de correição do Poder Executivo Federal. O estudo fez um corte temporal entre os anos de 2020 a 2022, com intuito de estabelecer uma base de informações comparativa entre os anos, ao longo de uma progressividade anual de resultados, perfazendo um corte entre o antes, o durante e o depois da implementação do Modelo de Maturidade Correcional - CRG-MM. Os resultados dessa pesquisa podem proporcionar um estudo sistêmico e organizado na implementação do CRG-MM na Corregedoria da Codevasf, para contribuir para implementação em outras unidades correcionais do poder executivo federal, que vislumbre a implementação do modelo recomendado pela CGU, como ferramenta de gestão para resultados.

¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Estácio de Sá – Juiz de Fora/MG. Atualmente atua como Analista em Desenvolvimento Regional – Corredoria Consad/COR – CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

ANÁLISE CRÍTICA DA PEC 110 DE 2015 SOB A ÓTICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE E SUA DISSOCIAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Adjunior Aparecido da Silva Filho²

Resumo: O objetivo geral do presente trabalho é analisar a PEC 110 de 2015 sob a ótica dos pequenos Municípios, haja vista que a proposta tem como base de estudo apenas a realidade dos grandes Centros. Dessa forma, se pretende demonstrar que em caso de aprovação, a Proposta poderá impactar negativamente na eficácia da máquina pública nas cidades de São Simão e Paranaiguara, ambas situadas no Sudoeste do Estado de Goiás. Partindo desse pressuposto, o projeto buscará essas análises durante as gestões municipais entre 2021 e 2024. entre busca-se evidenciar a importância e necessidade dos servidores comissionados na Administração Pública, numa tentativa de desmitificar para a população e para os órgãos de controle, que o servidor em comissão tem um papel relevantíssimo no setor público, não merecendo ser generalizado, e de certa forma “taxado” como “servidor de favorecimentos políticos”. Para tanto, qualifica-se a pesquisa a partir de uma abordagem quali-quantitativa, de forma que busque interpretar a bibliografia de gestão pública e direito administrativo, além de buscar compreender a elucidação de gráficos e tabelas, para quantificar e medir o desempenho funcional dos servidores públicos comissionados e efetivos, no que tange ao cumprimento de tarefas e funções públicas.

² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Bacharel em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Atualmente, é assessor jurídico na Prefeitura de São Simão – GO.

CLÁUSULA DE BARREIRA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Adriano de Aquino³

Resumo: O presente trabalho pretende demonstrar como a nova legislação eleitoral repercutiu na distribuição dos cargos para a Mesa Diretora e Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados. Anos após o processo de redemocratização do Brasil temos uma regra que restringe o funcionamento partidário no País. A reforma política no Brasil é tema constante na pauta do Congresso Nacional desde a aprovação da Constituição de 1988. O principal ponto de desafio de uma reforma política é aproximar os eleitores de seus representantes fortalecendo os partidos políticos. A cláusula de barreira, instituída pelo Congresso Nacional, veio no sentido de dar maior credibilidade e estabilidade para os partidos políticos e, conseqüentemente, consolidar o funcionamento político/partidário brasileiro, fator essencial para a operacionalização da democracia no País. Dessa forma, O objetivo geral do trabalho é compreender como a Cláusula de Barreiras contribuiu para a melhoria do sistema representativo político brasileiro e, como consequência, como melhorou o funcionamento político da Câmara dos Deputados no tocante à distribuição dos cargos da Mesa Diretora e das Comissões Temáticas.

³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Atualmente, trabalha na Câmara dos Deputados como Chefe de Gabinete.

A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE E APOIO NO DESEMPENHO DO ORDENADOR DE DESPESAS: UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

Antônio Edson da Silva Junior⁴

Resumo: O presente trabalho busca mensurar se as recomendações foram acatadas, através de dados disponíveis nos relatórios de auditoria interna concluídos no período de 2012 a 2020. Nesse sentido, o trabalho tem a intenção de saber se após as recomendações realizadas pela Auditoria Interna do Conselho Federal de Farmácia, os produtos entregues e os resultados gerados, apresentam respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público. A hipótese que ora se coloca é que os trabalhos realizados pela Auditoria Interna do Conselho Federal de Farmácia podem contribuir para mudança de hábitos e decisões, no tocante aos processos e atos de gestão. Esses resultados serão demonstrados após análise do conteúdo das auditorias realizadas e da análise do que foi implementado, chegando a um diagnóstico atualizado. Uma gestão eficiente, associada a boas práticas de governança pode concluir que uma abordagem contemporânea resulta em tomadas de decisões importante e, associadas a boas práticas de controle, geram valor público. Este estudo demonstrará que controle não é somente realizar auditorias no sentido estrito, veremos que uma série de atitudes e outras medidas também influenciam no objetivo final incluindo controle, entregando o resultado final que é prestar contas à sociedade e atendimento ao interesse público.

⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Bacharel em Administração pela Faculdade do Pará (FAP). Atualmente, atua como Auditor no Conselho Federal de Farmácia.

UM MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA ALÉM DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016: ESTUDO DE CASO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ABASTECIMENTO – CONAB

Átila Feitosa Castelo Branco Dantas⁵

Resumo: O objetivo principal deste estudo é investigar a contribuição do modelo proposto pela Lei Federal nº 13.303/2016 para a melhoria dos padrões de governança da CONAB como empresa estatal. A Lei 13.303/2016 define configurações de governança às empresas estatais, em especial as federais listadas no 5º ciclo do IG-SEST em 2021, que podem ser ranqueadas em níveis. Deste modo, quando da execução da governança como um processo, não há como abster-se da sua identificação e verificação se contribui efetivamente para a melhoria dos padrões de governança da CONAB como empresa estatal. Para a consecução do trabalho se fará uso de pesquisa documental, bibliográfica, e descritiva utilizando coleta de dados observacionais. Destarte, estas fontes estão disponíveis em fontes literárias e portais de transparência das entidades públicas referenciais, tornando assim, viável a realização do presente estudo. A contribuição teórica do estudo tem relevância prática, pois permitirá o aprimoramento das boas práticas de governança, proporcionando maior accountability e eficiência, permitindo o fomento da personalização de um modelo à empresa, ultrapassando o padrão obrigatório em lei.

⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduado em Direito pelo UNICEUB. Atualmente, é Superintendente na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A CAPACIDADE INSTITUCIONAL E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANOS NO DISTRITO FEDERAL

Cristina Barros Freyer ⁶

Resumo: O presente estudo tem como objetivo principal verificar a capacidade estatal empreendida para a implementação das ações do Plano Diretor de Transportes Urbanos, a partir dos resultados obtidos na implementação da política de transporte e mobilidade do Distrito Federal. Para tanto, pretende-se a elaboração de um estudo de caso, na modalidade descritivo-documental, cuja pesquisa de abordagem qualitativa se valerá da análise de informações relativas aos investimentos destinados à implementação do Plano Diretor de Transporte Urbano, entre 2009 e 2021, e os aspectos que envolveram a execução dos respectivos projetos. A pesquisa é pautada na hipótese de que a baixa capacidade, nas dimensões técnica-administrativa e política, empreendida pelo Governo na implementação das ações do Plano Diretor de Transportes Urbanos afetou os resultados obtidos na política de transporte e mobilidade do Distrito Federal.

⁶ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).
Graduada em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB) Atualmente, trabalha na Secretaria de Economia do Distrito Federal.

DISFUNCIONALIDADE DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NO ESTADO DE RONDÔNIA

Fernando Fagundes de Sousa⁷

Resumo: O presente trabalho busca identificar quais as características que tornam ineficiente o processo de arrecadação da dívida ativa tributária no Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia vem, ao longo dos últimos anos, apresentando um constante crescimento no estoque de seus créditos da dívida ativa tributária e, em contrapartida, apresentando baixos índices de arrecadação da dívida ativa. O presente trabalho, de caráter descritivo, tem como objetivo identificar quais as características que tornam ineficiente o processo de arrecadação da dívida ativa tributária no Estado de Rondônia, com abordagem qualitativa. Com o objetivo de direcionar a análise do presente estudo acadêmico, serão avaliadas a seguinte hipótese: O baixo número de servidores envolvidos no processo prejudica a efetividade da arrecadação da dívida ativa.

⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente é Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A EFICÁCIA DOS INDICADORES UTILIZADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO - TCE-MT, NA FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA ÁREA DA SAÚDE

Guilherme Antônio Maluf⁸

Resumo: Objetiva-se por meio deste estudo, realizar uma avaliação que permita determinar se os indicadores utilizados como instrumento para controle externo pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT, identificam, efetivamente, a eficácia das políticas públicas municipais na área da saúde. Para isso, busca-se identificar as ferramentas utilizadas na avaliação dos serviços prestados na área de saúde pelos municípios, com relação à atenção primária, mediante a coleta de dados, qualitativos e quantitativos. Como possíveis desdobramentos, espera-se elaborar medidas para o aprimoramento do controle externo exercido pelo TCE/MT, perante os entes municipais, no tocante aos instrumentos utilizados para avaliação da gestão de saúde, propiciando a eficácia, a melhora da qualidade do gasto público no setor saúde, e principalmente, melhores condições de saúde para a população, cujo foco será, além do cumprimento das metas estabelecidas em lei, a avaliação da qualidade na prestação dos referidos serviços.

⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso.

A IMPORTÂNCIA DA AVIAÇÃO DENTRO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS

Helliton de Sousa Silva⁹

Resumo: O presente trabalho pretende analisar como o planejamento estratégico do CBMAM avaliou a importância da aviação no fortalecimento do poder operacional para o atendimento das missões de socorro de emergência nos municípios localizados no interior do Estado do Amazonas. Busca-se com o presente trabalho apresentar resultados de missões exitosas que testemunhem a importância da aviação para o atendimento das missões de socorro de emergência no âmbito do Estado, ao mesmo tempo que buscará demonstrar os aspectos negativos resultantes da carência de aviação própria, capaz de superar uma antiga lacuna de desempenho na operacionalização dos atendimentos de emergências nos municípios do interior do Estado. O presente estudo pode ser classificado quanto à sua natureza como descritivo de natureza quali-quantitativa, uma vez que para demonstrar a importância da aviação dentro do contexto de atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, será necessário coletar dados a fim de evidenciar se o tema proposto é factível dentro da realidade de atuação do CBMAM.

⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduado em Administração pelo Centro de Ensino Superior do Amazonas. Atualmente, é Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas.

GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E OS RESULTADOS ALMEJADOS COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MODELO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N.º 347 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Isabella de Sousa Brito ¹⁰

Resumo: O presente trabalho busca analisar o modelo de governança das contratações instituído pela Resolução CNJ 347/2020, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações do Poder Judiciário. Como hipóteses, o modelo de governança instituído pela Resolução CNJ nº 347 possui as práticas que viabilizam o melhor desempenho do processo de contratações dos órgãos vinculados e tem o potencial de entregar os resultados almejados pela Lei 14.133/2021. A pesquisa a ser feita será do tipo exploratória, tendo por objetivo, a partir da aplicação de formulários, de ampla revisão documental e bibliográfica, além da experiência da autora à frente da área de contratações do TJDF, analisar o modelo de governança das contratações públicas instituído pela Resolução CNJ n.º 347/2020 e se este possui as práticas necessárias para viabilizar o alcance dos resultados almejados e os objetivos estabelecidos pela Nova Lei.

¹⁰ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua Técnico Judiciário no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF.

DESDOBRAMENTOS DA SUBSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE FINALÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Izabella Mattar Moraes ¹¹

Resumo: Este trabalho busca examinar os desdobramentos da atuação do TCU, em substituição às atividades finalísticas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura. O presente estudo se faz relevante na medida em que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) possui relevante papel na regulamentação e fiscalização quanto à implementação e à execução de projetos de infraestrutura rodoviária e ferroviária. A melhora na infraestrutura rodoviária e ferroviária é fundamental para o desenvolvimento do país, podendo impactar positivamente em diversos índices econômicos, como aumento do PIB, geração de empregos, redução de custos operacionais e transacionais para a população, dentre outros. A pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, partindo de uma análise qualitativa de dados que será feita através da revisão de literatura e do estudo de casos envolvendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Tribunal de Contas da União.

¹¹ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).
Bacharel em Direito pelo UniCEUB.

A EFETIVIDADE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS REALIZADAS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO AOS IFES

José Eduardo Meira Lima ¹²

Resumo: O presente trabalho busca avaliar o procedimento de prestação de contas relativo aos convênios e contratos estabelecidos entre as fundações de apoio e as instituições federais de ensino superior, a partir de estudo de caso envolvendo a relação da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura 7 (FAPEC) e a Fundação Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul (UFMS), no sentido de apurar se os mecanismos atualmente utilizados avaliam a efetividade dessas parcerias. Para atingir os objetivos propostos será utilizada como estratégia de pesquisa o estudo de caso, analisando o resultado das avaliações relacionadas às prestações de contas das parcerias existentes entre a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os dados serão coletados por meio de pesquisas documentais nos registros relacionados às prestações de contas envolvendo a FAPEC e a UFMS, bem como nas principais legislações, decretos, acordos e resoluções da universidade. Além disso, pretende-se realizar pesquisas bibliográficas de autores relacionados a temática.

¹² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

O PAPEL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Karoline Guimarães Castro Machado¹³

Resumo: O presente trabalho busca Examinar as políticas públicas já implementadas nos serviços públicos do GDF relacionados à transformação digital e quais podem ainda serem implementadas e qual a influência da SEEC nesse processo. A transformação digital no setor público já é uma realidade. Contudo, ainda é pouco explorada no Brasil e o nível de maturidade dos serviços a serem prestados é o ponto crucial dessa transformação. A inovação e a tecnologia dos serviços públicos trazem uma melhora substancial na execução das políticas públicas. Em vista disso, esta pesquisa se mostra relevante, com vistas a delimitar qual o papel da Secretaria de Estado de Economia na transformação digital no Governo do Distrito Federal, com o intuito de gerar mais valor público. A natureza da presente pesquisa é classificada como exploratória, numa abordagem qualitativa de coleta de dados, que será feita por meio do levantamento dos serviços digitais já implementados, bem como os de potencial para serem efetivados, com a participação ou influência da SEEC.

¹³ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Gestora em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

A IMPORTÂNCIA DA ADOÇÃO DOS DITAMES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI No 14.133, DE 1o DE ABRIL DE 2021, ESPECIALMENTE NO ESTADO DE MATO GROSSO

Leonardo Sotire Epaminondas¹⁴

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo Demonstrar a aplicabilidade dos aspectos atinentes à importância da plena implementação dos dispositivos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial, nas licitações do estado de Mato Grosso, visto esta lei apresentar uma maior preocupação com temas relacionados ao meio ambiente em se tratando da legislação anterior, por meio da ampliação de previsões tratando sobre a matéria, dispositivos estes realmente importantes e diametralmente convergentes com o referido estado, por esse ser dotado de características ambientais de magnitude especial e, justamente por esse diferencial, carecer de uma proteção compatível no que tange ao assunto em questão. Para tanto, pretende-se coletar e analisar os dados referentes à importância da plena implementação dos dispositivos da lei apontada, tendo em vista as características ambientais diferenciadas do estado de Mato Grosso, compatibilizando esses dois fatores para aplicação nas licitações do referido estado, situação imprescindível na busca pela proteção ambiental especial de que carece e, faz jus.

¹⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO (SAG) NA OTIMIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Manfrini de Assis¹⁵

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral realizar um levantamento das consequências da implementação do Sistema de Acompanhamento da Gestão (SAG) na execução orçamentária das UGE do Exército Brasileiro na perspectiva de seus usuários e de publicações acadêmicas, no período de 2016 a 2021. Atualmente, o SAG é uma ferramenta simples, interativa e institucional para consulta de informações gerenciais sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial das 395 UGE do Exército Brasileiro, bem como uma potencial ferramenta de otimização para gestão dos recursos públicos. O SAG visa facilitar o acompanhamento e a compreensão da execução dos recursos públicos transferidos às UGE do Exército Brasileiro, gerando informações que influenciam diretamente na capacidade de tomada de decisão. Na prática, o sistema oferece ao usuário mecanismos de busca de informações sobre a sua unidade de vinculação. Em termos de resultados esperados, ao levantar as consequências da implementação do SAG, o estudo produzirá conteúdo sobre sua efetividade e qualidade. Assim sendo, além de motivar os gestores quanto à permanência do seu uso, também os impulsiona ao seu aperfeiçoamento contínuo, de modo a proporcionar aos usuários condições eficientes e inovadoras para otimizar a gestão e o monitoramento dos recursos públicos no Exército Brasileiro.

¹⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Tenente-Coronel e atua na Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro.

GESTÃO DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Márcio Rocha Cruz¹⁶

Resumo: O presente trabalho busca analisar o processo de recebimento dos materiais referentes ao SLMT do Exército Brasileiro, dentro do Comando Logístico, ao longo do exercício 2021, e identificar os seus impactos nas contratações públicas. No caso desta pesquisa, a análise do processo de contratação será limitado ao universo do Comando Logístico do Exército Brasileiro, como uma forma de representar a realidade dos contratos celebrados pela Administração Pública Federal. Assim, cabe destacar que tais contratações visam garantir a aquisição de itens de suprimento como: ração operacional (classe I), material de intendência (classe II), combustíveis, óleos e lubrificantes (classe III), munição (classe V), armamento (classe V) e aquisição e modernização de viaturas blindadas, não blindadas e aeronaves (classe IX), cujos valores contratuais desses itens estão na casa dos bilhões de reais - o que ratifica a importância deste estudo.

¹⁶ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Tenente-Coronel e atua no Comando Logístico do Exército Brasileiro.

DESAFIOS DA UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS ARQUIVÍSTICOS NO INSTAGRAM PARA PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Mariana Resende¹⁷

Resumo: O presente trabalho busca compreender: como tem sido feita a gestão documental dessas redes sociais? Quais são os critérios para escolha e divulgação das informações difundidas e como elas são tratadas, visto que são produzidas no exercício das atividades do órgão, sendo, portanto, consideradas arquivísticas e sujeitas ao tratamento documental? A pesquisa visa também verificar se o Instagram da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal tem sido utilizado como único repositório das informações publicadas, além de examinar as consequências da ausência de descrição das fotografias utilizadas. O perigo de as informações serem veiculadas apenas nesse meio refere-se ao longo prazo, visto que de maneira imediata as informações até são disponibilizadas, mas não armazenadas, o que compromete as buscas futuras. Caso critérios arquivísticos fossem adotados para garantir a preservação das informações, muito tempo e esforço teriam de ser empreendidos, o que não se coaduna com a finalidade da divulgação das informações no Instagram.

¹⁷ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduada em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, atua como Gestora em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

POLÍTICA DE INTEGRIDADE - UMA VISÃO DE RISCO E GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DF NO PERÍODO DE 2019 A OUTUBRO DE 2022

Mauricio Gomes Neto¹⁸

Resumo: O objetivo desse projeto será de analisar se existe uma política interna de integridade e qual a sua sistemática de aplicação no âmbito da Secretaria de Estado de Economia do DF no período de 2019 a outubro de 2022, no que tange a tomada de decisão e as atividades implementadas visando a minimização de vícios, fraudes e atos de corrupção num comparativo com as ações oriundas da Controladoria-Geral do Distrito Federal no mesmo período. Nesse contexto também irá demonstrar o nível de comprometimento dos gestores quanto ao planejamento de suas rotinas, no acompanhamento do processo desde o seu início até as efetivas avaliações por parte da Secretaria de Economia do DF. Uma amostragem que irá evidenciar o *accountability* praticado e os resultados obtidos. Como estratégia de desenvolvimento do projeto serão realizadas pesquisas bibliográficas, pesquisa documental, utilização de questionários e entrevista dos gestores de cada unidade organizacional envolvida.

¹⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

CONSEQUÊNCIAS DA CENTRALIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES PERTENCENTES À GUARNIÇÃO DE AERONÁUTICA DO LAGO SUL

Peniel Borges Tomé¹⁹

Resumo: O presente trabalho busca realizar uma análise da execução orçamentária dos recursos destinados à aquisição de bens e serviços, no âmbito do Grupamento de Apoio do Distrito Federal e de suas Unidades Apoiadas, em virtude da centralização das atividades de compras públicas, ocorrida a partir do ano de 2016. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que tem como objetivo realizar uma análise da execução orçamentária dos recursos destinados à aquisição de bens e serviços, no âmbito do Grupamento de Apoio do Distrito Federal e de suas Unidades Apoiadas, em virtude da centralização das atividades de compras públicas, ocorrida a partir do ano de 2016. Para tanto, como desenho de pesquisa, adotaremos o Estudo de Caso por entendê-lo como o mais apropriado, a fim de entender como a centralização das atividades de compras públicas, ocorrida a partir do ano de 2016, no âmbito do Grupamento de Apoio do Distrito Federal e de suas Unidades Apoiadas, impactou na execução orçamentária dos recursos destinados à aquisição de bens e serviços. Parte-se da hipótese que a centralização das atividades de compras públicas, ocorrida a partir do ano de 2016, impactou positivamente na execução orçamentária dos recursos destinados à aquisição de bens e serviços, no âmbito do Grupamento de Apoio do Distrito Federal e de suas Unidades Apoiadas.

¹⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Oficial de Carreira do Quadro de Intendentes da Força Aérea Brasileira.

FUSÃO DO BANCO DO BRASIL S/A COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA

Robson Fortunato²⁰

Resumo: Diante do cenário atual da macroeconomia, com necessidades ilimitadas e recursos limitados, a avaliação da estrutura governamental deve ser contínua. Os desafios sociais estão cada vez mais complexos (wicked problems), sendo necessárias políticas públicas e atuação governamental ainda mais assertivas. Dessa maneira, a pesquisa em questão procura responder se é viável economicamente a fusão do BB com a CAIXA, diante da perspectiva econômica e dos impactos governamentais e sociais, utilizando como base relatórios gerenciais, demonstrações contábeis e financeiras dos anos de 2021 e 2022, das instituições financeiras em questão. O cerne do problema é elucidar se é vantajoso economicamente possuir apenas uma instituição financeira federal.

²⁰ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Gerente de Soluções do Banco do Brasil.

DIAGNÓSTICO DE MATURIDADE: SUBSÍDIOS PARA ESCOLHA DE MODELO DE GOVERNANÇA DO CONFEA

Rosangela Simonetti²¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar e comparar, se o índice geral de governança do TCU (iGG) espelha a maturidade em governança do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), a partir da aplicação de questionário de maturidade em governança para resultados. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e seus vinte e sete Conselhos Regionais (Creas) formam um sistema cujas responsabilidades são a verificação, a fiscalização e o aperfeiçoamento do exercício e das atividades das áreas profissionais de engenharia, agronomia e geociências. Por meio da unicidade de ação, o sistema procura potencializar entregas aos cidadãos, zelando pela defesa da sociedade e desenvolvimento sustentável do país. O presente estudo é classificado como uma pesquisa aplicada de natureza exploratória de abordagem multimétodo. Utilizará métodos qualitativos e quantitativos para comparar os níveis de maturidade do Confea obtidos pelo Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas (iGG), realizado pelo TCU, e o auto diagnóstico de maturidade em governança.

²¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é assessora no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

POR QUE UM DEPUTADO É INDISCIPLINADO? UMA ANÁLISE DAS VOTAÇÕES NOMINAIS DE DEPUTADOS FEDERAIS QUE NÃO SEGUEM A ORIENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Thamara Dutra Ribeiro²²

Resumo: O estudo é proposto para compreender a incongruência entre os incentivos postos para a disciplina partidária e porque há deputados que não seguem as orientações dos líderes dos partidos e votam de forma diferente do orientado por suas agremiações. Tem-se dois contextos principais a serem analisados: deputados de partidos da base governista, que tem orientação de seus líderes para seguirem a pauta do Presidente da República e votar favoravelmente a essa agenda, e mesmo assim não o fazem. Nessa situação, o deputado vai de encontro com os interesses tanto do Executivo quanto de seu líder e seus colegas de partido, devendo existir outros fatores a serem levados em consideração, já que o apoio à pauta executiva e a disciplina partidária, em tese, garantiria ao deputado mais acesso a recursos e cargos, tanto no Poder Executivo quanto dentro da sua legenda. Dessa forma, o trabalho procura compreender como os deputados federais atuam segundo alguns dos incentivos para votarem disciplinadamente. Em primeiro lugar, tratase da própria metodologia de análise das votações nominais. Acredita-se que a mensuração das proposições pode receber um tratamento diferenciado de análise, baseado apenas nas votações de mérito das proposições apresentadas em plenário da Câmara dos Deputados.

²² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é Técnico Legislativo na Câmara dos Deputados.

COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA O LICENCIAMENTO DE ATERROS

Valter Bruno de Oliveira Gonzaga²³

Resumo: O presente trabalho busca contribuir para com a gestão pública – e do ambiente negocial privado -, nesta específica área de gestão dos serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos, com foco na extinção dos vazadouros atualmente em operação, comumente denominados lixões a céu aberto, extinção essa que deveria ter sido levada a efeito até o mês de agosto de 2014. Nessa tarefa, pretende-se analisar e avaliar os impactos sociais e econômicos dos aterros sanitários de pequeno porte dentro da cadeia de produção, distribuição, consumo e descarte das coisas enjeitadas (subprodutos etc.). O problema de pesquisa, nesse cenário, reside em aferir e diagnosticar a possibilidade e a viabilidade do exercício da competência dos municípios para que estes realizem o licenciamento de aterros sanitários de pequeno porte, considerando o princípio da eficiência e o conjunto de requisitos procedimentais e materiais, sobretudo os de natureza técnica e científica, tendo em vista as limitações materiais e humanas destas específicas unidades da federação. Em curtas letras, identificar se os municípios têm, ou não, os recursos materiais e humanos para, com eficiência, eficácia e efetividade, procederem ao licenciamento da atividade e, mais do que isso, detectar se os aterros sanitários de pequeno porte, pela natureza da atividade, são fontes geradoras de impactos que possam transcender, potencial e/ou concretamente, o espaço e o interesse meramente local pelas vias terrestre, aquática, superficial, subterrânea ou aérea.

²³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Procurador e atua na Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO NA EFETIVAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA PARA RESULTADOS POR MEIO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS MUNICÍPIOS (GPE)

Vitor Turri Romano²⁴

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar o Gerenciamento do Planejamento Estratégico – GPE enquanto instrumento fomentador de boas práticas de gestão na execução da Governança Pública para resultados no âmbito dos municípios mato-grossenses, que aderiram ao programa entre os anos de 2016 a 2020, verificando o desempenho dos mesmos nos aspectos relacionados ao esforço na implementação da metodologia de planejamento estratégico e dos resultados obtidos nos principais indicadores. Para a realização do objetivo deste estudo de caso, serão utilizados os dados obtidos junto à Coordenadoria de Planejamento Estratégico dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas de Mato Grosso, mediante acesso ao Banco de Dados de Resultados e Boas Práticas, constituído a partir dos relatórios de gerenciamento de execução do planejamento estratégico dos municípios mato-grossenses que aderiram ao programa GPE/TCE-MT entre os anos de 2016 e 2020.

²⁴ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Chefe de Gabinete no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.



idp